

Relatório da reunião do Comité Executivo Quinta-feira, 19 maio de 2022 – Lisboa

A reunião iniciou com um minuto de silêncio em memória de Luc Corbisier, antigo membro do CC Sul.

Francisco Portela Rosa, Vice-Presidente do CC Sul, principiou a reunião justificando a ausência do Presidente Aurelio Bilbao, por motivos de saúde.

O relatório da reunião anterior foi aprovado por unanimidade, assim como a ordem de trabalhos, após a adição de um ponto relativo à correspondência do CC Noroeste sobre as águas profundas.

1. Apresentação e validação de pareceres

a. Parecer sobre a Política Comum das Pescas

Chloé Pocheau (secretariado do CC Sul) lembrou o contexto da redação deste parecer e as diferentes etapas da sua preparação.

O parecer foi aprovado na íntegra e por unanimidade pelos membros do Comité Executivo. Javier Lopez (OCEANA) partilhou a sua satisfação ao constatar a aprovação do parecer por consenso, que constitui a realização de um verdadeiro trabalho.

b. Parecer sobre as Turbinas eólicas no mar

Os membros do Comité Executivo (Juan Manuel Trujillo, Serge Larzabal, David Milly, Francisco Portela Rosa, Raul Garcia) e Nicolas Fernandez Munoz (Presidente do GT sobre Pescas Tradicionais) abordaram a importância deste parecer para destacar a necessidade de concertação com os intervenientes na definição de projetos eólicos e ter em conta o conjunto de impactos: sociais, económicos e ambientais. O CC Sul já publicou um parecer sobre o assunto em 2018, mas o contexto atual, tanto ao nível dos avanços científicos e técnicos como da dimensão política atribuída a estes projetos, exige uma atualização e um novo parecer.

Gérald Hussenot (Bluefish) propôs substituir o termo "consulta" por "concertação", com vista a acentuar a necessidade de um verdadeiro intercâmbio entre os intervenientes. O parecer foi aprovado por unanimidade sob reserva desta modificação.

2. Apresentação e validação de correspondências

a. Correspondência PELAC



Esta correspondência proposta pelo grupo de trabalho sobre Espécies Pelágicas do CC Sul tem dois objetivos: incentivar o CC Pelágico a trabalhar sobre a distinção das espécies de carapau e reafirmar o interesse do CC Sul em participar nos trabalhos sobre esta espécie.

David Milly (Pêcheurs d'Aquitaine) propôs alterar "nenhuma dificuldade por identificar" por "é possível identificar", David Milly acrescentou que a redação de um guia de identificação poderia ser útil.

Jean-Marie Robert (Pêcheurs de Bretagne) solicitou a adição da nota de rodapé que se segue, fazendo referência ao relatório WGWIDE de 2021: *"Três espécies de genus Trachurus: T. trachurus, T. mediterraneus e T. picturatus são encontrados em conjunto e são comercialmente explorados nas águas do Atlântico NE. De acordo com a recomendação do Grupo de Trabalho (ICES 2002/ACFM: 06) foi adotado um cuidado especial para assegurar que a distribuição de capturas e extensão, assim como os números por idade de T. trachurus fornecidos ao Grupo de Trabalho não incluíam T. mediterraneus e/ou T. picturatus. Tendo em conta que as avaliações do carapau WGWIDE apenas são efetuadas para T. trachurus, o Grupo de Trabalho recomenda que os TAC e outros regulamentos de gestão que possam ser estabelecidos no futuro devem relacionar-se apenas com o T. trachurus e não com o Trachurus spp. São necessárias mais informações sobre o Trachurus spp. antes de a pesca e a população poderem ser avaliadas."*

Miren Garmendia (OPEGUI) e Luís Vicente (ADAPI) expressaram preocupação quanto à finalidade deste pedido de gestão em separado, simultaneamente sobre os dados científicos e sobre a praticidade da medida.

Jean-Marie Robert respondeu que a ideia era estabelecer as avaliações, consolidá-las e resolver a falta de coerência atual. Numa segunda fase, será necessário refletir sobre as medidas em função destes resultados científicos, em particular no âmbito da negociação com o Reino Unido.

A correspondência foi validada sob reserva das modificações propostas.

b. Correspondência de resposta à Seas at Risk

Chloé Pocheau indicou ao Comité Executivo o contexto desta proposta: A Seas at Risk decidiu não renovar a sua adesão ao CC Sul para o exercício de 2022-2023, justificando essa decisão perante a Comissão Europeia com os numerosos "problemas de funcionamento" do CC Sul. A correspondência proposta responde a estas críticas para tranquilizar a Comissão relativamente ao empenho deste conselho consultivo em respeitar as diretivas europeias e prosseguir com o seu trabalho. Serge Larzabal especificou que este projeto foi preparado em conjunto com os Presidentes e Vice-Presidentes, entre os quais Javier Lopez (Vice-Presidente encarregado de "outros interesses") cuja colaboração agradece.

Os membros do Comité Executivo lamentaram o facto de assistirem à saída de um dos membros fundadores do conselho consultivo e destacaram os progressos realizados nos

últimos exercícios relativamente ao nosso funcionamento. A correspondência foi validada por unanimidade.

c. Correspondência NWWAC

Chloé Pocheau indicou aos membros que recebeu esta proposta de correspondência do CC Noroeste, alguns dias antes da reunião. O objetivo desta correspondência consiste em solicitar à Comissão mais informações sobre os procedimentos em curso relativamente ao fecho de zonas de pesca em águas profundas em caso de potenciais ecossistemas vulneráveis. Uma vez que este tema foi alvo de debate no âmbito dos grupos de trabalho do CC Sul em abril, em que foram fornecidas poucas informações pela CE, propôs-se aos membros a assinatura desta correspondência.

Os membros do Comité Executivo confirmaram a importância do tema, no entanto, consideraram que não têm tempo suficiente para se exprimirem relativamente a este projeto comum e preferem que seja realizada uma reflexão interna e que posteriormente seja proposto um projeto interno. Segundo os membros, o envio das duas correspondências terá também maior impacto.

3. Apresentação do grupo de Estados-Membros do Sul

Isabel Ventura (Administração Portuguesa) relembrou os avanços registados pelo Grupo de Estados-Membros durante o primeiro semestre de 2022: a validação da recomendação conjunta sobre as isenções à obrigação de desembarque: que visava confirmar e justificar as isenções para elevadas taxas de sobrevivência e mínimos já obtidos nos anos passados. Assim como a validação de uma correspondência de resposta dirigida à Comissão sobre a enguia, que indica à Comissão a necessidade de ver a gestão da enguia como um tema mais global e não apenas através do prisma da pesca.

A sequência do trabalho do grupo de Estados-Membros deverá concentrar-se em:

- capturas acidentais de cetáceos;
- definição da pesca dirigida: questão difícil no contexto das pescas mistas;
- relatório sobre a PCP: Isabel Ventura convidou os membros a participarem amplamente no evento organizado para o dia 10 de junho pela Comissão Europeia. Transmitirá ao CC Sul o relatório do primeiro inquérito realizado no início de 2022 e relembrou aos membros que devem permanecer vigilantes: a Comissão publica imensos questionários e iniciativas nos quais é importante participar.

Em resposta aos membros, Isabel Ventura referiu que a resposta da Comissão sobre a enguia deveria ser publicada no mês de julho, sendo que o grupo de Estados-Membros se apoiou nos cientistas do IPMA para redigir a sua correspondência. Não será possível organizar um fórum de debate em maio sobre a PCP, sendo que a administração portuguesa estuda a possibilidade de uma reunião no mês de junho. Os debates sobre a pesca dirigida ainda não se iniciaram. Está ativo um grupo de trabalho nacional sobre a questão das capturas acidentais de cetáceos e as conclusões deste grupo são aguardadas para breve.



4. Novo ato delegado – Repartição dos membros

O novo ato delegado foi apresentado aos membros, realçando as novidades. O CC Sul deve verificar a correta aplicação no seu seio, por isso, a Assembleia Geral deve debruçar-se sobre a questão da repartição dos membros. Para tal, o secretariado propõe que os membros de "outros grupos de interesse" forneçam ao secretariado o respetivo programa de trabalho, a lista de membros e os respetivos financiamentos antes de 20 de junho. Com base nestes documentos, será apresentada uma proposta de repartição à Assembleia Geral para validação.

O secretariado também indicou que o CC Sul deverá prever uma análise dos desempenhos nos próximos 5 anos, mas deseja desde logo ter um retorno da experiência por parte de outros conselhos consultivos e da Comissão Europeia.

Por fim, o secretariado sublinhou que o CC Sul já aplica o conjunto de outras modificações do ato delegado.

Os membros do Comité Executivo aprovaram o procedimento de verificação da repartição dos membros proposta pelo secretariado. Sublinharam que o bom senso deveria prevalecer, assim como a procura de um bom funcionamento para este conselho consultivo, sendo que ninguém deve ser excluído. No entanto, os membros lamentaram que a Comissão transfira esta decisão aos próprios CC, desresponsabilizando-se.

Relativamente à análise dos desempenhos, os membros do Comité Executivo validaram o facto de não se precipitarem e beneficiarem da experiência dos outros conselhos consultivos. Julien Lamothe (ANOP) realçou que as ações de um CC dependem das da Comissão, sendo que a análise dos desempenhos deve ter isso em conta.

5. Calendário

O secretariado do CC Sul anunciou aos membros as datas das próximas reuniões e instou-os a comunicar o mais cedo possível as respetivas necessidades para as ordens de trabalhos:

MIAC +MIACO: 22 e 23 de junho

Assembleia Geral: 7 de julho

Sessão de trabalho com o CIEM: 7 de julho

Grupos de trabalho: 18 e 19 de outubro

Comité Executivo: 29 ou 30 de novembro

6. Questões diversas

- Serge Larzabal (Vice-Presidente encarregado do secretariado) indicou aos membros que o nível de reembolso dos membros permaneceu inalterado desde 2007: não foi realizada qualquer reavaliação desde a criação do CC Sul. Propôs aos membros do

Comité Executivo a introdução deste tema na Assembleia Geral (organismo encarregado de aprovar este tipo de decisão), facto que validaram por unanimidade. Serge Larzabal proporá então, tendo em conta as taxas da Comissão e a intenção de reduzir em 20% as despesas gerais de deslocação, um aumento de 92 para 100 euros do subsídio de estadia diário e de 100 para 120 euros relativamente às pernoitas no hotel, de acordo com o Presidente do CC Sul.

Os membros sublinharam que seria necessário questionar a Comissão sobre a redução de 20% das despesas de deslocação, que parece contrariar uma boa participação nos Conselhos Consultivos.

- Francisco Portela Rosa (VIANAPESCA) referiu a dificuldade de gestão em Portugal, onde se observa um aumento do pedido de reporte das pescas de populações degradadas para populações mais estáveis. No entanto, tal poderia colocar em perigo a estabilidade recuperada destas últimas populações. O artigo 2º da PCP deveria ser reforçado neste sentido. Os outros membros não partilharam a ocorrência do mesmo problema nos respetivos Estados-Membros.
- Nicolas Fernandez Munoz (OPP CONIL) fez parte da criação da rede "Iberoamericana", que reúne os intervenientes da pesca artesanal de 17 países (América Latina, Espanha e Portugal) no âmbito de um seminário organizado na semana anterior. O relatório será transmitido ao CC Sul para informação.

BALANÇO

- **Os dois pareceres propostos (PCP e turbinas eólicas) foram aprovados.**
- **As correspondências para o CC Pelágico e a resposta à Seas at Risk também foram aprovadas.**
- **O CC Sul deverá redigir uma correspondência sobre os potenciais fechos de zonas de pesca de águas profundas.**
- **A Assembleia Geral irá pronunciar-se sobre a repartição dos membros em função dos documentos fornecidos pelo grupo "outros interesses".**
- **A Assembleia Geral será igualmente questionada relativamente às taxas de reembolso.**